



Ministério das Finanças e da Administração Pública
Gabinete do Ministro de Estado e das Finanças

Orçamento do Estado para 2008

– Principais Opções do Ministério das Finanças e da Administração Pública –

As linhas de actuação a prosseguir em 2008 pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP) inserem-se na estratégia iniciada em 2005 pelo Governo em matéria de consolidação orçamental, devendo, nesta medida, ser encaradas numa perspectiva de continuidade, reforço e acompanhamento face à actuação encetada desde o início da legislatura.

Em 2008, a reforma da Administração Pública, que verá entrar em vigor a reforma do sistema de emprego público e da acção social complementar uniformizada, e o sector empresarial do Estado continuarão a ser domínios alvo de intervenção.

Dar-se-á continuidade em 2008 à melhoria do processo orçamental e, em termos fiscais, à simplificação do sistema tributário, ao combate à fraude e evasão, e à implementação de medidas que visam reforçar a competitividade da economia nacional.

Em 2008 iniciar-se-ão, igualmente, diversas iniciativas em matéria dos serviços partilhados, destacando-se a implementação, no âmbito do Ministério, da Rede Integrada de Gestão dos Recursos do Estado (RIGORE) e de uma rede integrada de comunicações comum a todos os organismos que o integram.

	2007 Estimativa	2008 Orçamento	Variação %
SUBSECTOR ESTADO	13.317,2	14.073,1	5,7
1. Funcionamento normal	13.279,9	13.992,6	5,4
1.1 - Com cobertura em receitas gerais	12.185,4	12.850,9	5,5
<i>da qual:</i>			
Dotações específicas			
Serviços de Protecção Social	598,8	568,9	-5,0
Pensões e Reformas	3.403,2	3.588,4	5,4
Encargos Correntes da Dívida	4.775,0	5.040,0	5,5
Despesas Excepcionais	1.613,3	1.782,5	10,5
Contribuição Financeira p/ a União Europeia	1.349,0	1.433,9	6,3
Funcionamento	446,1	437,2	-2,0
1.2 - Com cobertura em receitas consignadas	1.094,5	1.141,7	4,3
2. Investimentos do Plano	37,3	80,5	115,8
2.1 - Financiamento Nacional	24,6	26,6	8,1
2.2 - Financiamento Comunitário	12,7	53,9	324,4
SUBSECTOR SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	7.687,3	8.211,5	6,8
Consolidação transferências entre subsectores	3.944,5	4.177,7	5,9
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	17.060,0	18.106,9	6,1

A despesa consolidada do MFAP, apresenta um crescimento de 6,1%, justificado essencialmente pela variação positiva das dotações específicas, destacando-se as relativas aos encargos correntes da dívida, a comparticipação do Estado no financiamento das pensões dos funcionários públicos (traduzida também na consignação do IVA à Caixa Geral de Aposentações) e a contribuição financeira para a União Europeia.



Ministério das Finanças e da Administração Pública
Gabinete do Ministro de Estado e das Finanças

As **despesas de funcionamento** sofreram uma diminuição de 2%, devido sobretudo às medidas de contenção de despesa, prosseguidas no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), realçando-se a extinção da Direcção-Geral de Estudos e Previsão e Direcção-Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais cujas atribuições foram integradas no Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, bem como a extinção da Inspeção-Geral da Administração Pública e da Direcção-Geral do Património, sendo as suas atribuições integradas respectivamente na Inspeção-Geral de Finanças e Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, realçando-se ainda a integração da gestão da tesouraria e da dívida pública no Instituto de Gestão do Crédito Público, IP.

No **capítulo 60 – Despesas excepcionais**, cujo montante ascende a 1.782,5 milhões de euros, salientam-se como mais significativas os subsídios concedidos como compensação pelo serviço público prestado ao sector dos transportes (247,8 milhões de euros) e à comunicação social (159,8 milhões de euros) e as despesas de Cooperação (no montante de 166,3 milhões de euros, têm em vista, essencialmente o desenvolvimento dos países africanos lusófonos, através de acções de assistência técnica na área das finanças públicas, salientando-se as Contribuições Financeiras Multilaterais e Bilaterais, com 65,8 milhões de euros, bem como os empréstimos a médio e longo prazo ao exterior com 100 milhões de euros).

De notar que em 2008 foi inscrito, pela primeira vez, no Cap. 60 um valor de 103 milhões de euros respeitante às assunções de passivos e regularizações do passado. Este valor diz respeito a compromissos assumidos em exercícios anteriores, cujo montante se encontra já estabelecido em termos definitivos.

	2007	2008	Varição
	Estimativa	Orçamento	%
Bonificação de Juros	240.5	242.7	0.9
das quais:			
IHRU	5.9	6.5	10.1
Habitação Própria	229.2	231.0	0.8
Subsídios	604.4	572.6	-5.3
dos quais:			
IFAP	115.0	110.0	-4.3
Arrendamento urbano habitacional	52.8	38.8	-26.5
Comunicação Social	169.4	159.8	-5.7
Transportes	244.5	247.8	1.4
Activos Financeiros	661.2	759.2	14.8
no âmbito da Cooperação:			
Seguros de Crédito-COSEC	4.0	3.0	-25.0
Empréstimos m/l prazo - exterior	53.5	100.0	86.9
Outros	1.1	0.7	-36.6
Restantes Activos Financeiros	602.6	405.5	-32.7
Despesas de Cooperação	114.5	166.3	45.3
das quais:			
Contribuições Financ. Mult. e Bilaterais	60.0	65.8	9.7
Outras Despesas Excepcionais	47.3	142.2	200.5
Total	1613.3	1782.5	10.5



Ministério das Finanças e da Administração Pública
Gabinete do Ministro de Estado e das Finanças

Os **Investimentos do Plano** mais que duplicam, salientando-se os projectos destinados a modernizar a Administração Pública, atingindo o montante de 80,5 milhões de euros de financiamento nacional e comunitário, destacando-se os projectos de implementação de serviços partilhados na área da gestão dos recursos financeiros (POC-P) e dos recursos humanos, bem como no âmbito das iniciativas de simplificação do sistema tributário e de intensificação do uso das tecnologias de informação e comunicação pelas áreas da Justiça e Inspeção Tributárias.